

Anotações sobre a escrita¹

ALFREDO VEIGA-NETO²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
alfredoveiganeto@gmail.com

Resumo

Este texto trata de três questões relativas à escrita acadêmica: a *autoria*, a *pertinência* e três *critérios* básicos para a qualificação de um projeto de pesquisa. O desenvolvimento de cada uma dessas questões não tem a pretensão de servir de regras estritas a serem seguidas, mas se constituem apenas como um conjunto de sugestões, destinadas sobretudo àqueles que, em respeito a seus leitores, se preocupam com a clareza de seus próprios textos. No que concerne à *autoria* e mesmo levando em conta as discussões foucaultianas sobre 'o que é um autor', são problematizados os usos: a) da primeira pessoa no plural (no caso de textos monoautorais); b) do sujeito indeterminado; c) de frases com o pronome na 3ª pessoa do singular (esses dois últimos como manifestações daquilo que se pode chamar de 'vontade de neutralidade'). No que concerne à *pertinência*, é feita uma discussão sobre três tipos de impertinência que, infelizmente, não são raras em textos acadêmicos; a saber, a impertinência *focal*, a *autoral* e a *metodológica*. Por fim, no que concerne à qualificação de um projeto de pesquisa, são propostos três critérios a serem observados e que podem servir de faróis tanto para quem elabora tal projeto quanto para aqueles a quem é dada a tarefa de avaliá-lo. Tais critérios são referenciados por suas iniciais: RIR — *relevância, ineditismo, realizabilidade*.

INTRODUÇÃO

Aproveitando minha trajetória ao longo das quatro décadas de vida acadêmica e, em especial, a minha imersão no campo formado pela articulação entre a Educação e os Estudos Foucaultianos, resolvi redigir este pequeno texto, no qual trato de três questões sobre a escrita acadêmica. Seja desenvolvendo minhas próprias pesquisas, seja estudando, revisando e avaliando trabalhos feitos por meus alunos e colegas, seja participando de bancas examinadoras e conselhos editoriais, o fato é que acumulei uma experiência que me possibilita trazer alguma contribuição para quem está envolvido com a investigação e com a escrita em Educação. Além disso, trilhando pelas sendas abertas por Michel Foucault, seus comentadores e críticos — mas sempre precavido contra as foucaultmanias e foucaultlatrias —, aprendi a necessidade de colocarmos numa perspectiva moderada o conceito de autoria tematizado pelo filósofo, bem como a importância de observarmos as pertinências naquilo que escrevemos.

¹ Texto preparado em dezembro de 2013, por solicitação do Prof. Dr. Lucídio Bianchetti, para compor livro sob sua organização. O autor agradece as sugestões de Maura Lopes.

² Alfredo Veiga-Neto é Doutor em Educação, Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo (Faculdade de Educação) e Professor Convitado Permanente do PPG-Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nesses termos, o que segue não tem a pretensão de funcionar como regras a serem obrigatoriamente obedecidas, mas apenas como um conjunto de considerações e sugestões. Não me preocupei muito em amarrá-las na gramática ou na epistemologia, mas sim reuni-las a partir da minha própria experiência profissional e da reflexão crítica sobre tal experiência.

Em primeiro lugar, discutirei a questão da *autoria*; depois, a questão da *pertinência*; por fim, discutirei aquilo que chamo de “rir” nos projetos de pesquisa.

1. A AUTORIA: EU, NÓS OU UM AUTOR MISTERIOSO?

Nesta seção, tratarei de muitas vezes mal entendida questão da autoria. Quem está pensando, dizendo ou escrevendo? É o próprio autor que se manifesta no texto que temos diante de nós? Ou é uma terceira pessoa? Se o texto é monoautorial, quem é essa outra pessoa a que se refere o autor quando fala em “nós”? Ou se trata de algum sujeito indeterminado e completamente desconhecido para mim que estou escutando ou lendo? O fato é que, nas Ciências Humanas – aí incluída a Educação –, num certo afã de copiar a pretensa neutralidade das Ciências Naturais, é bastante comum não ficar claro quem é o autor do discurso que está sendo posto à disposição dos leitores ou ouvintes. Em outras palavras, frequentemente aquele ou aquela que escreve fica escamoteado, pelo uso indevido dos pronomes pessoais e/ou pela completa indeterminação do sujeito.

Tal falta de clareza nos textos monoautorais se manifesta em três casos: no plural majestático, no sujeito indeterminado e no pronome na 3ª pessoa do singular. Vejamos cada um deles mais de perto.

PLURAL MAJESTÁTICO

Em muitas teses, dissertações, monografias e artigos científicos monoautorais, frequentemente – e talvez na maioria das vezes –, os autores usam o pronome pessoal na 1ª pessoa do plural. Assim, são comuns expressões tais como: “nesta nossa Tese...”, “nós pesquisamos...” e “nossa opinião...”. Tenho insistido na inadequação lógica e até mesmo gramatical dessa prática, nos casos em que há apenas uma pessoa falando (ou escrevendo). Em boa medida, tal prática deriva da lamentável prática do plural majestático, tão comum na retórica de políticos preocupados tanto em incluir, em seus próprios discursos, o maior número possível de seus ouvintes e/ou correligionários, quanto em mostrar sua (falsa) modéstia.

FRASES COM O SUJEITO INDETERMINADO.

Nesse caso, parece não existir uma pessoa que fez a pesquisa e, nem mesmo, a pessoa que escreveu. A autoria fica nebulosa.

O sujeito indeterminado é o caso das frases construídas com o verbo na terceira pessoa do singular mais o pronome pessoal oblíquo átono *se*: “encontraram-se os

seguintes resultados...”, “pensa-se que a aprendizagem...”, “estima-se que este valor encontrado”. Afinal, quem encontrou os resultados, quem pensa e quem estima? A indeterminação do sujeito em textos científicos revela uma boa dose de “vontade de neutralidade”, pois acaba apagando a autoria daquele que fala ou escreve.

FRASES COM O PRONOME NA 3ª PESSOA DO SINGULAR.

Esse é o caso em que se dá uma completa dissociação entre quem escreve e quem fez o trabalho, a pesquisa. Aquele que escreve coloca-se “fora do texto”, como se falasse acerca de um trabalho feito por outra pessoa.

Eis alguns exemplos do uso do pronome pessoal na 3ª pessoa do singular: “a autora desta Tese sugere...”, “a pesquisadora encontrou dificuldade para fazer as entrevistas” e “quando a professora visitou a escola X...”. É fácil ver que tal construção não se sustenta logicamente quando quem escreve é a própria autora, a própria pesquisadora ou a própria professora referidas. Como no caso anterior, trata-se de uma construção que também revela uma surpreendente “vontade de neutralidade” por parte de quem fala ou escreve. E a trazida de dois personagens para dentro do texto só traz complicação para quem lê.

A VONTADE DE NEUTRALIDADE

A “vontade de neutralidade” – seja no caso do sujeito indeterminado, seja no caso do pronome na 3ª pessoa do singular – está ancorada no entendimento de inspiração positivista que acredita na possibilidade de o sujeito não contaminar o – e não se deixar contaminar pelo – objeto estudado, descrito, problematizado. Muito apreciado e defendido pela maioria dos praticantes das (assim chamadas) *hard sciences*, trata-se de um entendimento que acredita ser possível manter um efetivo distanciamento entre o sujeito (pesquisador) e o objeto (pesquisado), de modo a afastar o suposto risco da contaminação sujeito–objeto ou objeto–sujeito. Em termos mais amplos, é como se aquele que pensa, fala e escreve não estivesse sempre imerso no – e, por isso mesmo, envolvido com o e subjetivado pelo – mundo sobre o qual ele pensa, fala e escreve.

A questão não é fazer de conta que o não uso da 1ª pessoa do singular garante a isenção do pesquisador, mas é assumir que tal isenção é uma ficção e que, consequentemente, é preciso estar sempre atento sobre os mútuos envolvimento entre aquilo que se chama “a realidade do mundo” e a descrição daquilo que se chama “a realidade do mundo”.

O mito da neutralidade revela o desconhecimento dos avanços feitos pela virada linguística, nas últimas cinco ou seis décadas. Para citar Nelson Goodman, esquece-se que “não há mundo a ser descrito, mas versões de mundo criadas na própria descrição”. Trata-se, enfim, de uma preocupação inócua e sem sustentação filosófica que, no fundo, está dizendo “não me comprometo com isso que está aí”.

QUEM ESTÁ FALANDO?

Deixando para trás e evitando essas três construções hoje bastante comuns – o plural majestático, o sujeito indeterminado e o pronome na 3ª pessoa do singular –, tenho argumentado a favor do uso da 1ª pessoa do singular – *eu, meu, mim* –, em textos monoautorais. Em suma, para maior clareza, para evitar as falsas modéstias e para não cair nos sonhos do objetivismo positivista, quando há apenas um(a) autor(a) que fala ou escreve, a construção pertinente é feita com os pronomes na 1ª pessoa do singular: “eu sou de opinião que...”, “nesta minha dissertação...”, “para mim, as professoras deveriam...”.

Mas sempre é preciso ter alguns cuidados: poderá haver passagens em que o autor (único) está fazendo alguma referência a uma pesquisa que ele realizou com terceiros; nesse caso, deverá escrever “na pesquisa que *eu* realizei com fulano, *nós* encontramos os seguintes resultados”.

Pode haver, também, o caso em que um autor (único) quer fazer uma parceria com o leitor, quer trazê-lo para dentro do texto. Nesse caso, ele pode e até deve usar o “*nós*”. Vejamos três exemplos: “agora que *nós* chegamos até ao fim deste capítulo, passemos para o capítulo seguinte”; “*eu* convido o leitor para *nós* passarmos às outras questões”; “passemos adiante”.

Não esquecer da dica: antes de escolher o *eu* ou o *nós*, deve-se sempre responder à questão “quem está falando?”, ou seja, “quem está dizendo isso?”. Não se trata tanto de obedecer à gramática, mas, sim, de tornar o discurso mais claro. A questão é mais da pragmática do que da semântica, ainda que, a rigor, tal separação entre ambas seja problemática.

A AUTORIA EM FOUCAULT

Essa preocupação com a autoria deve estar acima do surrado e equivocado argumento que alguns usam, recorrendo a Michel Foucault: “o autor está morto; logo, ninguém é verdadeiramente um autor”. As perguntas que alguns fazem são: “mas, a rigor, existe mesmo autoria?”. Afinal, “Foucault não decretou a morte do autor?”. Chegam a dizer: “quando eu escrevo, apenas sirvo de canal para outros que escreveram antes de mim e se manifestam por meu intermédio; como não estou sozinho, deve-se usar sempre o ‘*nós*’ e nunca o ‘*eu*’”. Tal argumento apenas revela um entendimento equivocado dos famosos textos foucaultianos “A ordem do discurso” (Foucault, 1999) e “O que é um autor” (Foucault, 2001).

Se me refiro a “entendimento equivocado” é porque quero chamar a atenção para o fato de ser necessário, na perspectiva foucaultiana, colocar a morte do autor em sintonia com a morte do sujeito. Quando Foucault, escorado em Nietzsche, tematiza a autoria é para se afastar da tradição moderna, em parte humanista e principalmente iluminista, de contar a história a partir dos feitos pessoais – grandes generais, cientistas, filósofos, políticos, literatos, artistas etc. Ao criar os conceitos de função-sujeito e função-autor, o filósofo nos propõe uma mudança de foco: *das*

personalidades em carne e osso *para* os lugares ocupados e papéis exercidos por aqueles indivíduos que estavam ali, fazendo parte das complexas e variadas redes sociais. Nesse sentido, a autoria não se centra em pessoas determinadas, mas resulta de uma relação muitíssimo intrincada entre aquele que está ali, em carne e osso, e as distintas e cambiantes práticas que o atravessam. O autor não deve ser entendido “como o sujeito falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas [deve ser entendido] como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 1999, p. 26)

No fundo e para ser rigoroso, este texto que estou aqui escrevendo e que está sendo lido – por quem teve a paciência de chegar até aqui... – não é uma criação minha *tout court*. Tudo o que está aqui não sai de uma suposta essência minha, não vem de um sujeito único e estável, chamado Alfredo; nem há mesmo alguma profundidade única que faça de mim o autor deste texto. O que estou escrevendo aqui é o resultado de entrecruzamentos de práticas que me atravessaram desde sempre e até o próprio momento em que escrevo. Coisas lidas, escutadas, vivenciadas e experimentadas por mim – coisas que já estavam aí – se ressignificaram e continuam se ressignificando nesse processo de entrecruzamentos. Sendo assim, se em termos de um pensamento substancialista eu sou mesmo o autor deste texto, em termos foucaultianos a situação é outra: eu, ao mesmo tempo, sou e não sou o autor deste texto. Ainda que, em termos da lógica tradicional – aristotélica, por exemplo – tal ambiguidade implique uma contradição à espera de uma solução dialética, em termos pós-metafísicos não se trata disso, senão que há apenas uma tensão estável entre um indivíduo e tudo aquilo que o atravessou e constituiu como sujeito. E não se deve esquecer que, a rigor, nem é possível pensar na existência desse indivíduo antes ou por fora daquilo que o atravessou e o constituiu. Para usar uma palavra muito cara a Deleuze, há aí uma relação de imanência. E, para usar uma citação foucaultiana, podemos dizer que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de seu retorno” (Foucault, 1999, p. 26).

Em suma, eu sou o autor deste texto na medida em que combinei, a meu modo, as coisas que já estavam à solta no mundo, nas práticas discursivas e não discursivas que me constituíram. Existe, aqui, uma combinação entre o já dito (por outros e até por mim mesmo) e uma nova forma de dizer que, enquanto tal, traz novidades para o mundo. Em certa medida, então, criam-se coisas novas, mas sempre a partir das coisas que já estavam aí.

ENFIM

Enfim, em trabalho monoautorial, insistir no uso da 1ª pessoa do plural aponta para um ou mais de um dos seguintes problemas:

- mau gosto (pela adesão ao plural majestático)
- mau uso dos recursos que a língua portuguesa nos oferece;
- desrespeito ao leitor, na medida em que obscurece o texto;

- vontade de neutralidade
- vontade de neutralidade
- pretensão vã à cientificidade
- gravidez da autora (que falaria por si mesma e pelo feto que abriga na barriga)
- tudo isso junto...

2. A PERTINÊNCIA

Considerando que a palavra *pertinência* denota “aquilo que concerne ao assunto” (Houaiss, 2009), pode parecer desnecessário incluí-la como uma questão a ser discutida neste texto. Afinal, qualquer artigo técnico ou científico não deveria sempre estar focado *naquilo* que ele se propôs a tratar e naqueles conceitos e autores que pretende “usar” em seu trabalho? A resposta é, certamente, afirmativa. Mas na prática, as coisas nem sempre se passam bem assim... Se olharmos mais de perto e com maior atenção, logo veremos o quão comuns e variadas são as impertinências nos textos que lemos, nas falas que escutamos.

Nesta seção, tratarei daquelas impertinências que costumo adjetivar de focais, autorais e metodológicas.

IMPERTINÊNCIAS FOCAIS

São exemplos de impertinências focais as longas viagens e desvios para fora dos pontos que foram anunciados e prometidos – no título, na apresentação, nos objetivos do texto ou trabalho. Ao invés de afinar o foco e ir logo explicando a que se propõe o texto, o autor consome a paciência dos leitores com longas e impertinentes divagações, muitas vezes de ordem exclusivamente pessoal. Principalmente em teses e dissertações, quantas vezes nos deparamos com descrições minuciosas e cansativas acerca da história de vida do autor... Quantas vezes somos levados forçadamente à infância e à intimidade pessoal daquele ou daquela que estamos lendo... Quantas vezes ficamos conhecendo as virtudes do autor ou autora e os “imensos sacrifícios” feitos por ele ou ela para chegar até ali aonde chegou...

Isso não significa que o autor não possa narrar-se. Mas para isso, são necessárias duas precauções. Em primeiro lugar, é preciso ser discreto, modesto e econômico. Em segundo lugar, é preciso estabelecer nexos de pertinência entre a narrativa e o restante do trabalho, tese ou dissertação, ou seja, é preciso deixar claras as relações entre a autonarrativa – aquilo que se conta sobre si mesmo – e o escopo do texto que lhe segue. Um exemplo: numa dissertação que trata das relações entre a escola e a surdez, convém mostrar as relações entre o autor e o mundo da educação, bem como suas experiências pessoais e formação no que tange aos surdos, à surdez etc.

As impertinências focais podem ser evitadas se estivermos alertas àquilo que “interessa mesmo” e logo explicitá-lo e explicá-lo ao leitor. Escrever e ter sempre à mão o núcleo do(s) objetivo(s) do trabalho é uma prática bastante útil. Passado esse “primeiro nível” – o núcleo duro ou eixo em torno do qual tudo o mais vai girar –,

num “segundo nível” acrescentam-se as explicações e discussões que cercam esse “interessa mesmo” e lhe dão sentido e sustentação. É aí que entra a maior massa das referências bibliográficas, as citações – diretas (literais) e indiretas –, as argumentações do próprio autor e os diálogos que ele estabelece com a sua bibliografia. Numa camada mais externa, no “terceiro nível”, estão os comentários e referências adicionais, cuja presença auxilia o leitor a expandir, se julgar necessário, o assunto que está sendo tratado, mas cuja ausência não comprometeria o bom entendimento de um leitor exigente. Esse terceiro nível até pode enriquecer o texto, mas no fundo não passa de um conjunto de bordaduras e adornos; muitas vezes, uma boa parte do terceiro nível é colocada como notas de rodapé.

Todos esses três níveis não se sucedem, mas são atacados simultaneamente; eles constituem a pertinência focal. Mas é preciso ter clara a ênfase que é dada a cada um, seja em termos das suas extensões relativas, seja em termos do tratamento que se dedica a cada um deles.

IMPERTINÊNCIAS AUTORAIS

As impertinências autorais consistem em trazer, para dentro do texto, autores que nada têm a ver com que se quer tratar. Voltemos a Michel Foucault, um autor que aparece frequentemente em teses e dissertações em Educação. Não raramente, tais aparições são espúrias, isso é o autor não consegue estabelecer um nexo claro – que às vezes nem pode mesmo haver... – entre a perspectiva na qual seu texto se movimenta e o pensamento foucaultiano.

Tal impertinência deriva principalmente do fato de que, volta e meia, Foucault está na moda e, por isso, transforma-se em moeda forte no jogo das trocas simbólicas da economia acadêmica. Os menos avisados pensam que basta referir alguém que está na moda, para que seu texto seja mais valorizado.³ Muitos pensam mais ou menos assim: “já que Foucault escreveu sobre a prisão – ou a escola, o hospício, a fábrica, o convento etc. –, me utilizarei de conceitos foucaultianos na minha pesquisa sobre a administração prisional – ou escolar, ou hospitalar etc. – mesmo que ela seja de cunho economicista”. Será mais fácil dar um nó num pingo d’água do que conseguir algum resultado minimamente interessante.

Outros, um pouco mais cuidadosos, tomam *en passant* uma citação do filósofo sobre a prisão – ou escola, ou hospital etc. – e a colocam, meio desconjuntamente, em alguma passagem. E, na medida em que muito frequentemente a escrita foucaultiana parece “soar bonito”, para os menos avisados o resultado parece ficar bom. Não tenho dúvidas de que tal empreendimento está fadado ao fracasso e até ao ridículo, na medida em que a analítica foucaultiana não é de cunho institucional, nem, muito menos, de cunho economicista. Ela centra-se, sim, nas práticas (disciplinares e normalizadoras) que fizeram de determinadas instituições moderna o *locus* privilegiado de atuação de tais práticas.

³ Isso vale para muitos outros autores, como é o caso de Gilles Deleuze, Edgar Morin, Boaventura Santos e por aí afora.

Tenho me valido de uma frase mais prosaica a fim de prevenir contra a impertinência autoral: “nenhum autor é pau para toda obra”. Assim como não há uma “teoria do tudo”, não há um “autor que sirva para tudo”. É sempre absolutamente necessário avaliar o quanto se ganha e o quanto se perde ao chamar esse ou aquele autor, essa ou aquela teorização, para dentro de nosso texto. Com tal precaução não estou, de modo algum, defendendo alguma suposta pureza epistemológica naquilo que dizemos ou escrevemos; simplesmente não existe pureza – nem epistemológica ou teórica, nem autoral ou textual. Não há limites estritos entre esse ou aquele autor; assim sendo, sempre vale a pena “olharmos para os lados”, de modo a encontrarmos ou construirmos pertinências que serão úteis e servirão de escora para aquilo que estamos escrevendo. Mas essa é uma tarefa exploratória, é um caminho a ser construído passo a passo, com cuidado; e quase sempre vale a pena escutarmos os mais experientes no campo. Determinarmos *a priori* com quais autores vamos trabalhar pode dar em resultados desastrosos.

IMPERTINÊNCIAS METODOLÓGICAS

De modo semelhante às impertinências autorais, as impertinências metodológicas consistem em misturar metodologias inconciliáveis ou em tentar aproximar e compatibilizar, sob uma única bandeira, procedimentos e protocolos que nada têm a ver um com o outro.

Encontrei um bom exemplo da impertinência metodológica num projeto de tese de doutorado que analisei há não muito tempo atrás. Dizendo que pretendia desenvolver sua investigação na perspectiva dos Estudos Foucaultianos, a candidata se propunha a estudar as relações de poder em funcionamento no âmbito da diretoria de um determinado sindicato estadual de professores e professoras. Num capítulo inicial, ela havia mostrado razoável competência teórica para levar adiante a sua empreitada. Mas, a partir daí, explicando que tinha longa experiência com o “método clínico de Piaget”, ela propôs usar tal metodologia para elaborar um sociograma, de cujo desenho final pretendia “descobrir quem mandava em quem” e como o poder atuava no grupo estudado... Qualquer pessoa familiarizada com os Estudos Foucaultianos, com a epistemologia genética de Jean Piaget ou com a lógica dos sociogramas logo compreende a impossibilidade de articular alhos com bugalhos.

3. RIR

Nesta última seção, discutirei algumas questões sobre os critérios para a qualificação de um projeto ou, talvez melhor dizendo, sobre as “propriedades” que um projeto ou proposta de pesquisa deve ter, para que mereça tanto ser considerado um bom projeto quanto ser levado adiante. Se quisermos estabelecer alguma precedência temporal entre as três seções em que dividi este meu texto, esta última deveria vir antes das outras duas que lhe precederam. Afinal, como disse Bloch (1977, p. 57), “se um projeto de pesquisa não vale a pena, não vale a pena ser bem feito”. E, se

não vale a pena fazê-lo, vale ainda menos descrevê-lo, escrever sobre seus resultados. Mas deixo o RIR em último lugar na medida em que só indiretamente ele diz respeito à escrita acadêmica.

Depois de muito me deparar com projetos, planos e propostas de pesquisa para avaliar e sobre eles emitir parecer – bem mais remotamente, no campo da Biologia; nas últimas décadas, nos campos da Educação e dos Estudos Foucaultianos –, acabei por encontrar uma fórmula mnemônica na qual sintetizo as propriedades que, no meu entendimento, tais documentos devem apresentar: RIR. Explico melhor: qualquer projeto de pesquisa deve, ao mesmo tempo, ser Relevante, Inédito e Realizável. Para dizer de outro modo, um projeto vale a pena se tiver como propriedades a *relevância*, o *ineditismo* e a *realizabilidade*. Das iniciais dessas palavras retirei o RIR.

Essas três propriedades nem sempre são de fácil determinação, pois cada uma depende de muitas variáveis que se entrecruzam, se reforçam ou mesmo se anulam. Desse modo, é sempre bom recorrer àqueles que têm experiência na área; a *expertise* tem aí o seu valor. Tão importante quanto consultar os *experts*, é também fazer sempre uma cuidadosa revisão da literatura sobre o tema a ser pesquisado; à revisão, deve seguir uma minuciosa problematização, no sentido de examinar as possíveis relações – em termos de aproximações e diferenças, consonâncias e dissonâncias – entre o que se quer fazer e o que já foi feito por outros.

Às vezes, ao compararmos um projeto com outro que já tratou do mesmo tema constatamos que o ineditismo não foi comprometido. Um exame cuidadoso poderá revelar que, apesar de ambos tratarem do mesmo tema, as abordagens que eles adotam são completamente diferentes, partem de pressupostos epistemológicos distintos e/ou se apoiam em autores mutuamente incompatíveis.

Além de tudo isso, o RIR nem sempre esgota uma pauta de exigências a serem feitas. Mas considero o RIR liminarmente necessário para uma avaliação. Aliás, começar pelo RIR já me poupou muito trabalho.

Vamos às três propriedades; vamos ao RIR.

RELEVÂNCIA

Qualquer projeto de pesquisa deve apresentar-se como relevante. Seja ela social, prática ou “puramente” teórica, o fato é que a relevância é condição necessária (mas não suficiente) para que um projeto mereça ser apoiado, aprovado, executado etc. O caso da relevância teórica costuma ser mais ou menos delicado, pois muitos – principalmente os leigos – lamentavelmente a consideram secundária ou, até mesmo, dispensável.

A pergunta a ser feita é: este projeto aqui proposto – ou os resultados de pesquisa que estão aqui relatados e discutidos – contribuem para o avanço teórico da área ou é possível esperar daí algum ganho social ou prático? Em caso afirmativo, o projeto ou a pesquisa são relevantes, mesmo que num “grau” modesto.

INEDITISMO

Averiguar esta qualidade exige um bom conhecimento do campo em que se situa o projeto ou a pesquisa realizada. Quanto mais varreduras exaustivas em bancos de dados e bibliotecas, quanto mais pessoas forem consultadas e quanto mais livrarias forem visitadas, melhor.

O ineditismo tem de ser avaliado não apenas pelo tema ou problema abordado. Um único problema pode ter sido já exaustivamente estudado e uma nova investigação pode valer a pena ser feita naqueles casos em que se alteraram as condições sociais ou econômicas ou culturais ou políticas ou históricas etc. em que ele se insere. Em outras situações, mesmo que nada disso tenha mudado, o estudo poderá ser novo e inédito se a abordagem proposta for diferente das anteriores.

REALIZABILIDADE

Esta é uma qualidade muito frequentemente deixada de lado, principalmente pelos pesquisadores iniciantes e por aqueles que ou não dispõem de informações suficientes sobre as reais condições materiais e institucionais para realizar a investigação ou não são suficientemente previdentes. Sob o rótulo de condições materiais, agrupo os recursos financeiros, a disponibilidade de pessoal, o tempo programado. Entre as condições materiais, algumas são de caráter institucional: os prazos exigidos para a tramitação das licenças e autorizações legais, a disponibilidade de equipamentos e locais para trabalhar, a observância das rotinas burocráticas específicas de cada instituição.

Há pouco tempo, publiquei um artigo em que chamei a atenção sobre os percalços que parecem se alastrar em torno dos pesquisadores e atravancam a realizabilidade de suas pesquisas. (Veiga-Neto, 2010) Ao falar em dificuldades, lembro-me da conhecida e infalível Primeira Lei de Murphy: “Se alguma coisa puder dar errado, dará”. As derivações dessa lei podem adquirir variadas formulações, como, por exemplo: “O erro sempre tende à maximização”; desse modo, os estragos nunca são pequenos.

Lembrar as grandes dicas contidas em pequenas frases ajuda muito: “tudo toma mais tempo do que o previsto”, de modo que “o tempo é nosso inimigo” e “é muito difícil cumprir cronogramas”, bem como “vocês está sempre atrasado”. “Tudo dá trabalho”; só não pensa assim aquele que nunca fez (ou não precisa fazer) alguma coisa. “Tudo é difícil”; e não se iluda: “o que parece fácil será difícil; o que parece difícil será difícilíssimo”.

Logo se vê que as dicas acima são úteis não apenas para quem propõe ou avalia um projeto ou realiza uma pesquisa; também aqueles que têm um texto para escrever devem estar atentos a elas. Por mais que nos programemos para escrever um texto – relatório, artigo, dissertação, tese etc. –, no final da empreitada ficaremos surpresos ao ver o quanto nos equivocamos no início e o quanto a montanha foi ficando mais e mais íngreme à medida que avançávamos. Assim, mais vale começar

o quanto antes do que fazer de conta de que o tempo e os recursos são elásticos e estarão a nosso favor.

E como se tudo isso fosse pouco, há sempre as ciladas da própria escrita. Apenas como um exemplo, lembro que se quisermos atingir alguma suposta perfeição textual jamais concluiremos sua redação. E, à medida que passamos da redação para a editoração e dessa para a publicação final, os problemas aumentam. Afinal, como todos sabemos, “o diabo mora na tipografia” (Gomes, 2013).

Alertar sobre as dificuldades não deve ser entendido como um desestímulo às tarefas que cada um tem à sua frente; ao contrário, as dicas servem para mostrar que nossas expectativas acerca do tempo e das reais condições disponíveis em geral são subestimativas otimistas.

TRÊS EXEMPLOS DE NULIDADES

Podemos recorrer a três exemplos para examinar como funciona o RIR. Trata-se de situações um tanto artificiais e quase caricaturais, mas elas servem aos meus propósitos.

Exemplo 1 – relevância nula. Digamos que estamos diante de um projeto em que seu autor se propõe a determinar o número exato de pedras que foram usadas para calçar todo o campus universitário. Esse é um projeto certamente inédito e perfeitamente realizável; mas certamente em tudo isso não temos nenhuma relevância. Até podemos imaginar que o resultado possa ser do interesse de alguém; nesse caso, então, o proponente teria de demonstrar cabalmente isso.

Exemplo 2 – ineditismo nulo. Digamos, agora, que alguém propôs uma investigação acerca do conteúdo de um processo judicial que, no século XIX, culpou um certo Pierre Rivière de ter degolado sua mãe, sua irmã e seu irmão. Há relevância num estudo desse tipo; e ele é realizável. Mas tudo isso já foi feito, exaustiva e minuciosamente, por uma equipe de pesquisadores, na década de 1970, ligados ao Collège de France e sob a coordenação de Michel Foucault. (Foucault, 1973) Repetir tal estudo seria “chover no molhado”.

Exemplo 3 – realizabilidade nula. Nesse último caso, suponhamos que estamos diante de um projeto no qual o autor promete desenvolver uma pesquisa para criar um método infalível para alfabetizar qualquer pessoa em um mês. Expressões tais como “método infalível” e “qualquer pessoa” por si só já se revelam problemáticas; além do mais, prometer a alfabetização nesse prazo é, para dizer pouco, uma temeridade. O melhor mesmo é colocar o projeto no grupo dos irrealizáveis.

Não é difícil encontrarmos propostas que, em maior ou menor grau, combinam duas ou até três das nulidades acima. Quanto mais isso acontecer, mais problemático será o projeto, o documento ou a pesquisa que temos à nossa frente.

Cumpridas as propriedades sintetizadas na fórmula mnemônica do RIR, de modo a evitar as nulidades acima exemplificadas, poderemos nos dar por satisfeitos. Não riremos *do projeto*, mas *de satisfação* em termos, diante de nós, um documento que vale a pena ser lido ou uma tarefa que vale e pena ser levada adiante.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Arthur. *A Lei de Murphy. Primeira parte*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- FOUCAULT, Michel (coord.). *Moi, Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma sœur et mon frère: un cas de parricide au XIXème siècle*. Paris: Gallimard, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.
- GOMES, Roberto. *O diabo mora na tipografia*. Disponível em: http://www.criaredicoes.com.br/roberto-gomes/textos_cronicas/O%20diabo%20mora%20na%20tipografia.htm
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica monousuário. São Paulo: Objetiva, 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Dicas... *Revista Aulas* (dossiê Foucault e as Estéticas da Existência), Campinas, UNICAMP, n. 7, 2010. p. 11-23. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/30247523/Revista-Aulas-Dossie-06-Foucault-e-as-Esteticas-Da-Exist-en-CIA>